



ESTADOS UNIDOS

Veredito final de processo sobre pagamento de suborno a ex-atriz pornô, marcado para o próximo dia 18, será anunciado em 26 de novembro, após as eleições. Em maio, republicano foi condenado por fraude contábil e aguarda a pena

Justiça decide adiar sentença de Trump

Menos de dois meses das eleições presidenciais, Donald Trump celebrou, ontem, uma excelente notícia para a sua candidatura. O juiz Juan Merchan decidiu que a sentença do magnata republicano no processo em que ele foi condenado por fraude contábil só será conhecida após a corrida à Casa Branca. Trata-se de uma vitória significativa para o ex-presidente, a apenas quatro dias do primeiro debate com a candidata democrata, a vice-presidente Kamala Harris.

Em 31 de maio, Trump foi declarado culpado por esconder contabilmente o pagamento de US\$ 130 mil (em torno de R\$ 728 mil, na cotação atual) à ex-atriz pornô Stormy Daniels, 45, na reta final das eleições presidenciais de 2016. A sentença, prevista para o próximo dia 18, foi adiada por Merchan para 26 de novembro.

"A caça às bruxas em Manhattan foi adiada porque todos perceberam que NÃO HOUVE CASO, EU NÃO FIZ NADA DE ERRADO! Este caso deve ser encerrado enquanto nos preparamos para as Eleições Mais Importantes da História do Nosso País", comemorou o republicano em sua plataforma Truth Social.

O anúncio do adiamento

ocorreu minutos depois de o ex-presidente ter feito um longo discurso sobre seus problemas judiciais. O magnata convocou jornalistas para uma coletiva de imprensa em uma de suas propriedades em Nova York, a Trump Tower, sem nenhum motivo aparente. Vestido com sua tradicional gravata vermelha, ele discorreu sobre seu julgamento civil por agressão sexual e sobre a condenação no caso de Stormy Daniels.

Após 40 minutos, falou sobre sua adversária, Kamala Harris, afirmando estar muito à frente dela nas pesquisas, quando, na realidade, as consultas vêm se mostrando muito equilibradas.

Campanha

Ao fim da coletiva, Trump seguiu para a Carolina do Norte, um dos estados mais disputados nas eleições, onde o envio das primeiras cédulas de voto pelos correios foi postergado por decisão de um juiz.

Na agenda, uma visita a um poderoso sindicato policial. Trump acusa o presidente Joe Biden e a vice de serem responsáveis por uma onda de crimes que associa à imigração ilegal. As estatísticas negam a denúncia do magnata, mas os dois temas



O ex-presidente comemorou a vitória em sua plataforma Truth Social: "EU NÃO FIZ NADA DE ERRADO!"

continuam sendo uma pedra no caminho de Kamala Harris.

A vice de Biden recebeu o apoio de agentes de polícia, em uma mensagem divulgada por seu comitê. "Em novembro, os

americanos terão que escolher entre alguém que passou a vida fazendo cumprir nossas leis e alguém que foi condenado por violá-las", assinalou a mensagem, em referência à carreira de Harris

como promotora e à situação de Trump perante a Justiça.

Ontem, a democrata concedeu sua segunda entrevista desde que entrou na corrida eleitoral, desta vez para uma emissora

de rádio em espanhol. Segundo uma pesquisa divulgada na quarta-feira, 59% dos latinos apoiam Kamala Harris, embora muitos acreditem que nem ela nem Trump defendem sua maior preocupação: o custo de vida.

Na entrevista, a vice-presidente recordou que, durante o governo Biden, as pequenas empresas de pessoas latinas tiveram um "crescimento recorde" e ela continuará a apoiá-los, com uma dedução fiscal de US\$ 50 mil (R\$ 275 mil na cotação atual) para a criação de um novo negócio.

"Temos que virar a página dessa era Trump, você sabe, essa pessoa que falou sobre como os imigrantes envenenam o sangue da América, essa pessoa que busca dividir nossa nação, menosprezando as pessoas, menosprezando os membros do exército, pelo amor de Deus", declarou.

Os dois presidenciais se enfrentarão pela primeira vez na próxima terça-feira durante debate organizado pela emissora ABC News. Antes disso, Kamala fará várias aparições públicas, numa estratégia diferente da adotada por Biden, que se isolou por vários dias para se preparar para o embate de junho contra Trump. Não funcionou. Seu desempenho foi catastrófico e os democratas o forçaram a desistir.

FRANÇA

Barnier inicia negociações de governo

Sem tempo a perder, o novo primeiro-ministro francês, o conservador Michel Barnier, iniciou, ontem de manhã, os contatos com partidos de direita e centro para formar "um governo de unidade". A pressa tem uma justificativa: sua sobrevivência no cargo dependerá de uma decisão da extrema direita sobre não apoiar uma moção de censura.

Aos 73 anos, Barnier, considerado um negociador hábil, recebeu seu antecessor, Gabriel Attal,

antes de conversar com os líderes de seu próprio partido conservador, Os Republicanos (LR), que tem apenas 47 dos 577 deputados na Assembleia Nacional. "Haverá pessoas do meu partido político (...), pessoas de boa vontade" da aliança do governo que se encerra, "mas não só", disse o premiê em entrevista à emissora TF1, sem descartar "representantes da esquerda".

O desafio é grande. A antecipação inesperada das eleições

legislativas, marcadas para 2027, por parte do presidente Emmanuel Macron causou um terremoto político no país. A coalizão de esquerda Nova Frente Popular (NFP) venceu a disputa, sem maioria absoluta. O que surgiu das urnas foi uma Assembleia Nacional (Câmara Baixa) fragmentada em três blocos principais.

Após semanas de consultas, a nomeação aconteceu graças ao fato de o partido de extrema

direita Reagrupamento Nacional (RN) de Marine Le Pen ter descartado, por enquanto, uma moção de censura contra Barnier. A NFP anunciou que lançará mão do instrumento. Mas sem o apoio do RN, não haverá êxito. Le Pen, que afirmou que não participará em uma coalizão, enumerou suas prioridades: poder aquisitivo, combater a "imigração fora de controle" e a insegurança, além de modificar o sistema eleitoral.

AFP



O novo premiê no estúdio da emissora de televisão TF1: resistências

Conexão diplomática



por Silvio Queiroz
silvioqueiroz.df@gmail.com

Na surdina, o império contra-ataca

Praticamente sem a atenção da mídia convencional, a China vem de dar mais uma tacada estratégica em sua política de expansão da liderança global. Na semana que termina, mais de 50 chefes de Estado e governo da África foram recebidos com pompa e circunstância, em Pequim, para um encontro de cúpula. No cardápio, o estreitamento (ainda maior) dos laços econômicos, políticos e culturais.

Vem de um punhado de décadas o esforço persistente do império milenar, na atual versão comunista, para firmar o pé no continente mais aberto à disputa entre as grandes economias do mundo por mercados e áreas de influência. Os portos chineses são hoje o destino de 20% das exportações africanas. No topo da pauta, metais e minérios estratégicos para a economia pós-carbono, além de combustíveis. A China é também o principal exportador de bens industriais, máquinas e equipamentos.

O valor total das trocas, com colossal superávit para o prato asiático da

balança, quadruplicou desde a virada do século. E a sólida posição de principal parceiro comercial e econômico do continente desafia, até aqui sem concorrência, as investidas dos EUA, da Europa e dos petrodólares do Golfo Pérsico.

Novo modelo

A mesa posta para os visitantes em Pequim, com direito a tours por alguns dos polos econômicos do país, faz parte da nova etapa da geopolítica chinesa. Tendo a abundância de capitais como rampa de lançamento, o presidente Xi Jinping trata de firmar a posição de potência diplomática, capaz de incidir na cena global.

No caso da África, a ofensiva passa por ajustes em um modelo de relações que pouco se diferencia do neocolonialismo — em que um lado exporta produtos primários, enquanto o outro fornece bens industrializados. Foram nessa direção as conversas bilaterais de Xi

com parceiros como o presidente sul-africano, Cyril Ramaphosa, que buscam meios de fazer das commodities combustível para o desenvolvimento.

Talão de cheque

Coube a um embaixador africano acreditado em Brasília resumir em poucas palavras o modus operandi chinês no continente, na primeira década do século, quando o governo Lula buscava expandir sua presença — e a dos capitais brasileiros. "Você expõe um projeto de infraestrutura, diz quanto custa e eles puxam o talão de cheques", descreveu o diplomata. Como garantia para os créditos, aceitam os recursos naturais do país beneficiário.

Ao Brasil, segundo o embaixador, restava o trunfo dos laços históricos, culturais e de idioma — com as ex-colônias portuguesas —, além da vocação para empregar mão-de-obra local e gerar empregos. Àquela altura, o regime chinês aproveitava as grandes projetos

na África para exportar também seus excedentes de mão-de-obra.

Na pista

Acúpula com os africanos marca mais uma das reiteradas incursões de Pequim pelos oceanos da geopolítica, sempre de braços dados com o poder econômico. E elas se voltam para além das antigas parcerias, por mares pouco navegados. A capital chinesa recebeu recentemente os líderes de Hamas, Fatah e outros movimentos nacionais palestinos para que fechassem um acordo sobre a governança da Faixa de Gaza, uma vez encerrada a ofensiva militar israelense no território.

Também no Oriente Médio, Xi foi o pivô para que Irã e Arábia Saudita, rivais históricos, acertassem uma normalização de relações, passo com implicações profundas para o jogo de forças regional — não apenas com Israel, mas no âmbito do mundo islâmico. A China aposta no peso diplomático recém-adquirido para incidir também sobre a guerra na Ucrânia, com uma iniciativa de paz lançada em duo com o Brasil, durante visita a Pequim do assessor especial de Lula, o ex-chanceler Celso Amorim.

Maré crescente

Outra antiga potência que trata de entrar no jogo e restabelecer influência é a Turquia, recolhida em si mesma desde a derrota e a fragmentação do Império Otomano, ao fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Sob o comando semiautoritário do presidente Recep Tayyip Erdogan, a diplomacia turca se projeta no apoio aos palestinos e na condenação aos excessos cometidos por Israel em Gaza.

O movimento guarda certa ironia, já que o levante nacionalista árabe foi aliado vital para o Reino Unido contra a Turquia otomana, na Primeira Guerra. Agora, o governo de Ancara emerge como o vértice que faltava para definir um triângulo de poder no Oriente Médio, contracenando com Arábia Saudita e Irã. Os turcos se somam aos persas, no universo islâmico, como um polo não árabe que faz contrapeso ao reino saudita. Este tem em Ancara um sócio de peso para afirmar a preponderância da maioria muçulmana sunita sobre a corrente minoritária xiita, cujo expoente é o regime islâmico de Teerã.